

Educação

Câmara autoriza crédito especial para manutenção do ensino fundamental

A Câmara de Vereadores de Paraguaçu Paulista, reunida em Sessão Ordinária na quinta-feira (19) aprovou projeto de lei de autoria do Prefeito Municipal, Dr. Ediney Taveira Queiróz, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para a abertura de crédito adicional especial, necessário ao Departamento Municipal de Educação, decorrente do saldo financeiro do exercício de 2014 (Parcela Diferida do Fundeb).

O município recebeu a última transferência do Fundeb no dia 30 de dezembro de 2014; o pagamento dos servidores públicos municipais foi creditado no dia 24 de dezembro. Por consequência, ocorreu uma sobra de recurso na conta do Fundeb de R\$ 627.008,34, valor este que será agora utilizado pelo Departamento de Educação na manutenção do ensino fundamental (Fundeb 40%), no pagamento de vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil da Rede Municipal de Ensino.

Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial serão provenientes do superavit decorrente do saldo financeiro do exercício de 2014, da parcela diferida do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

Auxílio

Câmara autoriza subvenções sociais a entidades do município

Reunida em Sessão Ordinária na quinta-feira, 19 de fevereiro, a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei de autoria do Prefeito Municipal, Dr. Ediney Taveira Queiróz, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para a concessão, no exercício de 2015, de subvenções sociais a entidades do município.

De acordo com a justificativa do projeto, os municípios brasileiros estão passando por dificuldades, devido a queda na arrecadação municipal e aos repasses estaduais e federais. Diante disso, as subvenções sociais foram mantidas em valores próximos aos realizados no ano passado.

Ainda segundo o texto da propositura, a Administração Municipal tem feito um grande esforço para manter em dia o pagamento das subvenções sociais às entidades, dentro das possibilidades orçamentárias e financeiras do município.

Todas as entidades municipais, ora beneficiárias pelas subvenções, são reconhecidas como de utilidade pública municipal, com os respectivos números, datas e ementas das leis declaratórias. Os efeitos da propositura retroagem a 1º de janeiro de 2015.

Turismo

Câmara aprova aumento na gratificação de servidores

A Câmara de Vereadores de Paraguaçu Paulista, aprovou em Sessão Ordinária realizada na quinta-feira 19, projeto de lei complementar de autoria do Prefeito Municipal, Dr. Ediney Taveira Queiróz, que dispõe sobre a alteração dos parágrafos 2º e 3º do art. 61 da Lei Complementar nº 058/2005, com a criação de gratificações aos servidores públicos do Departamento Municipal de Turismo.

A nova redação estende a gratificação mensal de 60% ao servidor efetivo que, além das funções normais do cargo, exerça também aos finais de semana, feriados e em ocasiões especiais, funções de apoio no Balneário Público. Também será criada a gratificação mensal de 80% ao servidor efetivo que exerça funções de controle, recebimento e fechamento do caixa no Balneário.

Além dos servidores que atuam no Trem Turístico e já recebem gratificação, 25 servidores que atuam no Grande Lago serão agora beneficiados. O valor da gratificação mensal de 60% será de aproximadamente R\$ 472,80 e paga a 23 servidores. A de 80% será de R\$ 630,40 e paga a 2 servidores. As gratificações, ora propostas, incidirão sobre o vencimento básico da Prefeitura Municipal (referência salarial básica), cujo valor para 2015 é de R\$ 788,00.

Segundo a justificativa do projeto, o Balneário Público Municipal é um dispositivo de suma importância para o desenvolvimento do turismo local e da manutenção de condição de Estância Turística do município. Por ora, a concessão da gratificação aos servidores que atuam no Balneário é a alternativa mais viável para a reabertura de tal atração turística.



Vereadores reunidos em Sessão Ordinária

Indicações

Na Sessão Ordinária de quinta-feira (19) os vereadores apresentaram 14 indicações. Veja:

Indicação 31/2015, de autoria da vereadora Elaine Assistente Social, que indica a possibilidade de fixar, de forma ininterrupta, o cumprimento da jornada de trabalho dos cargos de assistente social.

Indicação 32/2015, de autoria da vereadora Elaine Assistente Social, que indica melhorias nas instalações da EMEI Dona Maria Pereira Briso.

Indicação 33/2015, de autoria do vereador Nilson Carlos Itelvino, que indica a concessão de gratificação aos servidores do Departamento de Obras que prestam serviços nos fins de semana.

Indicação 34/2015, de autoria do vereador Nilson Carlos Itelvino, que indica a implantação de uma linha de ônibus circular no município.

Indicação 35/2015, de autoria do vereador Nilson Carlos Itelvino, que indica a intensificação das ações da patrulha ambiental da Guarda Municipal nas estradas municipais, visando a coibir o descarte irregular de entulho e lixo.

Indicação 36/2015, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio dos vereadores César Kikei, Ian Salomão e Vilma Bertho, que indica a limpeza e manutenção urgente do cemitério de nossa cidade.

Indicação 37/2015, de autoria da vereadora Professora Delmira, que indica recapeamento e operação tapa-buraco nas ruas do distrito de Roseta.

Indicação 38/2015, de autoria da vereadora Professora Delmira, que indica reforma do piso da quadra de esporte da EMEIF Domingos Paulino Vieira no distrito de Roseta.

Indicação 39/2015, de autoria da vereadora Elaine Assistente Social, com assinatura de apoio dos vereadores Antian, Kátia do Jornal, Miguel Canizares, Nilson Itelvino, Paulo Japonês e Professora Delmira, que indica à Sabesp prioridade na realização do serviço de tapa-buracos nos locais onde foram realizados reparos na rede de água e esgoto.

Indicação 40/2015, de autoria da vereadora Kátia do Jornal, que indica a realização de limpeza e poda de grama na praça localizada na Rua do Lapa, esquina com a Rua Lauro Ferreira Braga.

Indicação 41/2015, de autoria da vereadora Kátia do Jornal, que indica a retirada de galhos de árvores depositados junto à calçada localizada na Rua Manoel Azoia, quase esquina com a Av. Hugo Simonetti, no bairro Vila Marim.

Indicação 42/2015, de autoria da vereadora Kátia do Jornal, que indica a limpeza e poda das árvores dos canteiros centrais da Av. Hugo Simonetti e Av. José Bonifácio, no bairro Vila Marim.

Indicação 43/2015, de autoria da vereadora Kátia do Jornal, que indica a retirada de lixo acumulado na Av. Hugo Simonetti esquina com a Rua Manoel Azoia, no bairro Vila Marim.

Indicação 44/2015, de autoria da vereadora Kátia do Jornal, que indica a substituição de árvore localizada na Rua Sete de Setembro, esquina do Estádio Municipal Carlos Affini, por outra espécie adequada às vias públicas.

Requerimentos

Vereadores fazem questionamentos ao Prefeito Municipal

Na Sessão Ordinária de quinta-feira (19), a Câmara de Vereadores discutiu e aprovou 6 requerimentos.

O primeiro deles foi o **Requerimento 04/2015**, de autoria do vereador Ian Salomão, com assinatura de apoio dos vereadores Serginho, Vilma Bertho, César Kikei e Reinaldo, que requer ao Executivo informações sobre o resultado do incentivo promovido pela Lei Complementar 173/14, que visou o recebimento da dívida ativa tributária, por meio da remissão parcial de créditos tributários.

O requerimento questiona qual o montante arrecadado em 2014, após a promulgação da Lei, e se tal arrecadação atingiu a meta da administração, e se também o incentivo realmente influenciou os recebimentos.

Em seguida, também aprovado o **Requerimento 05/2014**, de autoria da vereadora Vilma Bertho, com assinatura de apoio dos vereadores Serginho, César Kikei, Ian Salomão, Onório Anhesim e Reinaldo, que requer informações sobre a adequação e reforma dos prédios das escolas municipais.

De acordo com a justificativa do requerimento, mediante várias visitas realizadas nas escolas e também estando em contato com a população, os vereadores constataram várias irregularidades. Reformas, ampliações, instalações de ar condicionado, melhorias na parte elétrica e hidráulica, iniciadas há mais de um ano, não foram finalizadas ainda.

O requerimento questiona quais as adequações e reformas que efetivamente foram feitas pela administração e, caso tais serviços tenham ocorrido, quais as escolas contempladas e quais os serviços realizados. Também indaga sobre um cronograma para reformas das escolas para os anos de 2015 e 2016.

Na sequência, foi discutido e aprovado o **Requerimento 06/2015**, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio dos vereadores Vilma Bertho, César Kikei e Onório Anhesim, que requer ao Executivo informações relativas a obra de reforma e ampliação do campo de futebol e instalações esportivas do Plimec.

A assinatura do contrato para a realização das obras do Plimec ocorreu em 30 de maio de 2012, ou seja, há 2 anos e 8 meses. Porém, a obra encontra-se inacabada e visivelmente atrasada, sendo que em 31/12/2012 o Governo Federal liberou uma quantia de R\$ 48.750,00, equivalente a 50% do valor do convênio.

“As informações solicitadas são necessárias para que possamos saber e entender os motivos da morosidade da obra e também os valores que realmente foram recebidos e empregados”, explicou o vereador Serginho.



Vereadores aprovam requerimentos

Também aprovado o **Requerimento 07/2015**, de autoria do vereador Reinaldo, com assinatura de apoio dos vereadores Cesar Kikei, Ian Salomão, Onório Anhesim, Serginho e Vilma Bertho, que requer ao Executivo informações referentes a implantação, em caráter de urgência, de sinalização horizontal e vertical no cruzamento da rua Piauí com a rua Espírito Santo, bem como a reforma do redutor de velocidade na rua Espírito Santo.

“Atualmente, não há nenhuma indicação para o direcionamento do trânsito naquele local, o que tem provocado alto número de acidentes, em sua maioria com vítimas. A implantação das sinalizações trará benefícios ao trânsito de veículos e a segurança dos pedestres daquela região”, explicou o vereador Reinaldo.

Em seguida, foi aprovado o **Requerimento 08/2015**, de autoria da vereadora Vilma Bertho, com assinatura de apoio dos vereadores Serginho, César Kikei, Ian Salomão, Onório Anhesim e Reinaldo, que requer ao Prefeito Municipal informações sobre a existência de cronograma ou planejamento para a realização do serviço de identificação das ruas da cidade.

Há bairros em nossa cidade que não possuem a identificação das ruas, seja devido a falta de manutenção, ou até mesmo em razão do bairro ser novo e ainda não ter sido feita a sinalização dos nomes das ruas. Isso é um problema para as pessoas que precisam se deslocar diariamente, porém, a situação é ainda pior para os trabalhadores que necessitam do endereço correto para prestar algum tipo de serviço na cidade.

“Esse fato prejudica não só os moradores da cidade, mas também os visitantes, turistas e, sobretudo, os comerciantes, correios e prestadores de serviços”, afirmou a vereadora Vilma.

Finalizando, foi aprovado o **Requerimento 09/2015**, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio dos vereadores Cesar Kikei, Ian Salomão, Onório Anhesim, Vilma Bertho e Reinaldo, que requer ao Prefeito informações acerca das ações preventivas tomadas pelo Poder Público Municipal em relação a infestação do mosquito *Aedes Aegypti*.

De acordo com o Departamento Municipal de Saúde, nos primeiros dias de janeiro, houve mais de 300 notificações e 120 casos confirmados de dengue em nossa cidade; e segundo dados do Ministério da Saúde, estamos em iminência de uma epidemia da doença no município.

Assim, o requerimento questiona quais as medidas de urgência tomadas para a limpeza de terrenos baldios e logradouros públicos; qual a quantidade de servidores trabalhando efetivamente no combate a dengue e se houve contratação de terceiros para isso; e ainda se está previsto um “mutirão de cidadania”, ou seja, ação de limpeza em toda a cidade, com cronograma para cada bairro.

Os demais requerimentos não foram votados devido ao encerramento do tempo destinado ao Expediente, retornando para apreciação na próxima Sessão Ordinária.

As futuras respostas dos requerimentos poderão ser visualizadas no link a seguir: www.camaraparaguacu.sp.gov.br/materias-legislativas

Tribuna Livre

Coordenador de combate a endemias fala sobre a dengue no município

Na Sessão Ordinária de quinta-feira (19), a Câmara de Vereadores recebeu, para participar da Tribuna Livre, o servidor do departamento de saúde Josué Campos de Sena, coordenador da equipe de combate a endemias do município. O servidor, que atua há 18 anos na saúde municipal, foi convidado pelo presidente da Câmara, vereador Miguel Canizares Júnior, para explanar acerca das ações de combate a dengue em Paraguaçu.

Tais ações tiveram início em outubro do ano passado, quando normalmente a infestação é baixa e, por consequência, a transmissão também. Porém, de forma atípica, desde então houve infestação e transmissão, e por isso os trabalhos tiveram início naquele período.

Segundo o departamento de saúde, temos atualmente 273 casos positivados e a situação pode piorar. A indicação é para que as pessoas vistorem diariamente seus quintais, buscando e eliminando pontos que possam conter criadouros do mosquito transmissor. É preciso redobrar a atenção e evitar deixar água parada no quintal, em baldes ou em vasos. A caixa d'água e os reservatórios também devem ficar tampados.

Josué explicou que o departamento de saúde tem trabalhado incansavelmente, inclusive nos finais de semana e feriados, com ações integradas de mobilização contra a dengue. Mais de cinco mil casas já foram vistoriadas em toda a cidade, buscando e eliminando tudo que possa se tornar um possível criadouro.

“São vários os fatores que contribuem para a epidemia, não podemos atribuir somente ao lixo, temos muitos problemas como as calhas entupidas nas casas e outros focos. Nosso objetivo é fazer com que a população adote práticas preventivas no seu cotidiano para evitar os criadouros do mosquito. Precisamos da participação efetiva de toda a comunidade. Convoco os vereadores para que convoquem seus eleitores, para que juntos possamos desenvolver ações efetivas, para que consigamos reverter essa situação”, destacou o servidor Josué Sena.

Ao final, o coordenador da equipe de combate a dengue em Paraguaçu, solicitou a todos os presentes que fizessem um minuto de silêncio, em homenagem às duas recentes vítimas da dengue hemorrágica, referindo-se às duas mortes ocorridas nas cidades de Marília e Assis.



Josué fala sobre o combate a dengue

Professores

Câmara autoriza revisão da remuneração dos profissionais do magistério público municipal

Reunida em Sessão Extraordinária na sexta-feira (27), a Câmara de Vereadores aprovou, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar 05/2015, de autoria do Prefeito Municipal, que dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos profissionais do Magistério Público Municipal, com a alteração da Lei Complementar nº. 058/2005, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa e o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal.

A Lei Federal nº 11.738, de 11 de julho de 2008, instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, fixando o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 horas semanais. Esta Lei também definiu que o piso seria atualizado, anualmente, no mês de janeiro, bem como a proporcionalidade entre o valor do vencimento inicial destinado ao docente, que trabalha mais ou menos que 40 horas na semana.

O piso salarial do magistério definido pelo Ministério da Educação, em 2015, é de R\$ 1.917,78, para uma carga horária de trabalho de 40 horas semanais. Com base nisso, o vencimento inicial para o professor ou profissional que atua no suporte pedagógico em início de carreira, mas possui uma carga horária de 30 horas semanais, é de R\$ 1.438,36.

De acordo com a justificativa do projeto do Prefeito Municipal, a atual situação financeira do município e as perspectivas econômicas para 2015 impede a Administração de fazer uma revisão mais ampla na folha de pessoal.

O projeto concede a revisão geral da remuneração dos profissionais do Magistério Público Municipal, na ordem de 6,97%, retroativos a 1º de janeiro de 2015. O piso salarial dos Profissionais do Magistério Público Municipal passa a ser R\$ 1.438,36.

Foram favoráveis ao projeto os vereadores Antian, César Kikei, Kátia do Jornal, Nilson Itelvino, Paulo Japonês e Professora Delmira. Votaram contra os vereadores Elaine Assistente Social, Ian Salomão, Onório Anhesim, Serginho, Reinaldo e Vilma Bertho. Havendo empate, coube ao presidente da Casa, vereador Miguel Canizares Júnior, o voto decisivo, o qual foi favorável, fazendo com o projeto fosse aprovado por 7 votos a 6.



Vereadores em Sessão Extraordinária